

A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO POR IMIGRANTES

Para assinalar o Dia Mundial da Língua Portuguesa, 5 de maio de 2021

Como Citar: Monteiro, Rita (2021), “A aprendizagem da língua de acolhimento por imigrantes”, Boletim Estatístico OM N.º 7, Coleção *Imigração em Números* (coordenação de Catarina Reis Oliveira), Observatório das Migrações. 978-989-685-119-4. Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros/boletins-estatisticos>

Introdução

Assinalando o **Dia Mundial da Língua Portuguesa** – proclamado em novembro de 2019 pela 40.ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) –, o Observatório das Migrações dedica este sétimo Boletim Estatístico OM à aprendizagem da língua portuguesa, língua de acolhimento para imigrantes em Portugal.

A aprendizagem da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração. Quando falam a língua os imigrantes podem mais facilmente integrar-se no mercado de trabalho, no sistema escolar ou, de uma forma geral, participar na sociedade que os acolhe.

Num *Eurobarómetro Qualitativo* de 2011 acerca da integração de imigrantes, inquiridos autóctones e imigrantes dos vários países europeus declararam percecionar a língua como uma das principais barreiras à integração nas sociedades europeias e, conseqüentemente, consideraram a aprendizagem ou o domínio da língua da sociedade de acolhimento pelos imigrantes como um aspeto fundamental de integração. Também no *Eurobarómetro Especial 469* (de 2018) acerca da integração dos imigrantes na União Europeia se identificou que os inquiridos tendem a concordar que um dos principais fatores que promove a integração dos imigrantes são políticas e medidas que suportam a oferta de cursos de língua à chegada aos países europeus.

Neste âmbito a Comissão Europeia tem recomendado aos Estados-membros que invistam na formação linguística dos seus imigrantes, disponibilizando apoios para a criação de programas de aprendizagem e avaliação linguística. Resulta, por isso, que nos últimos anos aumentou a oferta de programas de aprendizagem da língua de acolhimento na generalidade dos Estados-membros da União Europeia, entre os quais Portugal. Os Estados-membros têm assumido várias abordagens quanto ao ensino da língua por imigrantes: seja promovendo a aprendizagem da língua como um requisito obrigatório ou voluntário para a integração; seja definindo como um requisito prévio à imigração (medidas pré-partida) e com exigência de validação de competências linguísticas mínimas dos imigrantes ainda no país de origem, ou à chegada ao país de acolhimento, ou no decurso do processo de integração no Estado-membro.

Em Portugal, a aprendizagem da língua de acolhimento por imigrantes é considerada uma dimensão importante de integração, sendo esta aprendizagem assumida como voluntária e disponibilizada pelo Estado já em território português. A oferta do ensino do português para imigrantes adultos surgiu pela primeira vez em Portugal em 2001, com a criação do primeiro programa nacional *Portugal Acolhe*, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este programa foi substituído em 2008 pelo programa *Português para Todos* (PPT), sob a responsabilidade do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), enquadrando-se no âmbito maior das políticas de integração de imigrantes do país. Em 2020 o PPT foi revisto pelo programa *Português Língua de Acolhimento* de modo a abranger todas as necessidades de aprendizagem da língua portuguesa de adultos migrantes em Portugal.

Este Boletim, da autoria de Rita Monteiro, dá-nos um balanço de mais uma década destes programas de aprendizagem da língua por imigrantes, tanto numa perspetiva internacional como em Portugal.

Catarina Reis Oliveira, Diretora do Observatório das Migrações

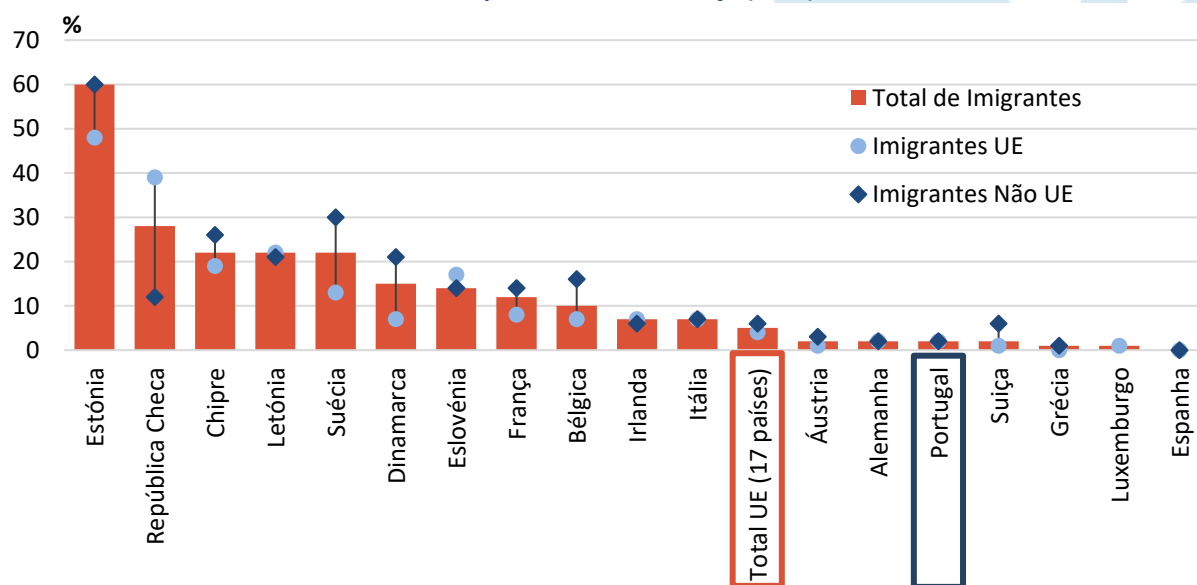
1. A aprendizagem da língua de acolhimento nas políticas migratórias europeias

A capacidade de comunicar e compreender os demais é essencial no processo de integração de imigrantes numa nova sociedade. Por um lado, o domínio da língua permite, desde logo, ultrapassar diversos aspetos práticos relacionados com o restabelecimento e a organização de uma nova vida, possibilitando independência no acesso a informações e recursos e facilitando a inserção laboral. Por outro lado, a partilha de uma língua comum permite a partilha de experiências, o intercâmbio de visões, o desenvolvimento de relações e a criação de empatia entre imigrantes e cidadãos nativos, sendo assim um elemento base quer para a integração social e cultural dos imigrantes, quer para a progressiva construção de uma sociedade mais diversa.

A facilitação da aprendizagem da língua de acolhimento pelos imigrantes tem por isso sido um aspeto destacado nas políticas internacionais de integração de imigrantes. Os vários planos estratégicos da Comissão Europeia para a integração de imigrantes de países terceiros têm enfatizado a importância de disponibilizar aos migrantes a aquisição de conhecimentos linguísticos. Assim, a *Agenda Comum para a Integração* ([Comissão Europeia, 2005](#)) salientava a importância de proporcionar aos imigrantes a possibilidade de adquirir conhecimentos básicos da língua. A *Agenda Europeia Para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros* ([Comissão Europeia, 2011](#)) e o *Plano de Ação sobre a Integração dos Nacionais de Países Terceiros* ([Comissão Europeia, 2015](#)) expandiram esta ideia, incentivando os Estados Membros a organizar cursos de línguas de vários níveis, adaptados às características dos imigrantes e às suas necessidades nas várias fases do processo de integração. No atual *Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão para 2021-2027* ([Comissão Europeia, 2020](#)) mantém-se a indicação de garantir e flexibilizar a oferta de cursos de línguas, sendo enfatizada a importância de não restringir os cursos linguísticos à fase pós-chegada dos imigrantes, mantendo a disponibilização continuada de cursos de nível intermédio e avançado. Também a ONU, no *Pacto Global para as Migrações* ([ONU, 2018](#)), refere os programas de aprendizagem da língua de acolhimento como uma medida de empoderamento dos imigrantes, que contribui para a sua plena integração e para a coesão social.

Os dados disponíveis acerca do nível de **domínio da língua de acolhimento pelos imigrantes** na Europa indicam uma grande diversidade de situações, nos diferentes países. Com base em dados do *Adult Education Survey* (2013), [Gazzola \(2017\)](#) analisou a percentagem de imigrantes que, em 17 países da União Europeia e na Suíça, reportaram não saber a língua (ou nenhuma das línguas) do país de acolhimento. Na globalidade dos 17 países da UE analisados, 5% dos imigrantes não sabiam a língua do país de acolhimento, sendo este valor mais elevado entre os imigrantes originários de países terceiros (6%) do que entre os imigrantes da UE (4%). A percentagem total de imigrantes que não sabiam a língua de acolhimento variou entre 0% na Espanha e 60% na Estónia. Portugal surge entre os 7 países com mais baixas percentagens de imigrantes que desconhecem a língua de acolhimento (menos de 5%), conjuntamente com Espanha, Luxemburgo, Grécia, Suíça, Alemanha e Áustria. No caso de Portugal, este valor é de 2%, sendo equivalente no grupo dos imigrantes da UE e de países terceiros. Portugal surge também, a par da Áustria, Alemanha, Grécia, Itália, Luxemburgo e Suíça, no grupo mais favorável de países em que pelo menos dois terços dos imigrantes reportaram um nível bom ou proficiente de domínio de uma das línguas oficiais.

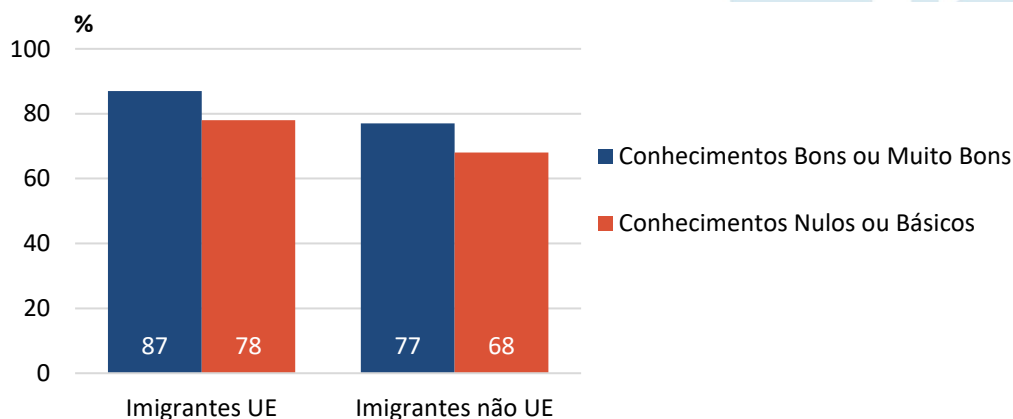
Percentagem de imigrantes que reportam não saber a língua (ou nenhuma das línguas) do país de acolhimento, em 17 países da UE e na Suíça (2013)



Fonte: [Gazzola \(2017\)](#), a partir do *Adult Education Survey* (2013) (tratamento gráfico da autora).

[Gazzola \(2017\)](#) examina ainda a associação entre o conhecimento da língua de acolhimento e a situação de emprego dos imigrantes, confirmando que **os imigrantes com conhecimentos bons ou muito bons da língua de acolhimento têm uma maior probabilidade de se encontrarem empregados**, por comparação com os imigrantes que não falam ou só têm um nível básico de conhecimento da língua de acolhimento – enquanto no primeiro grupo 87% dos imigrantes da UE e 77% dos imigrantes de países terceiros estavam empregados, no segundo grupo esses valores caíam para 78% e 68%, respetivamente.

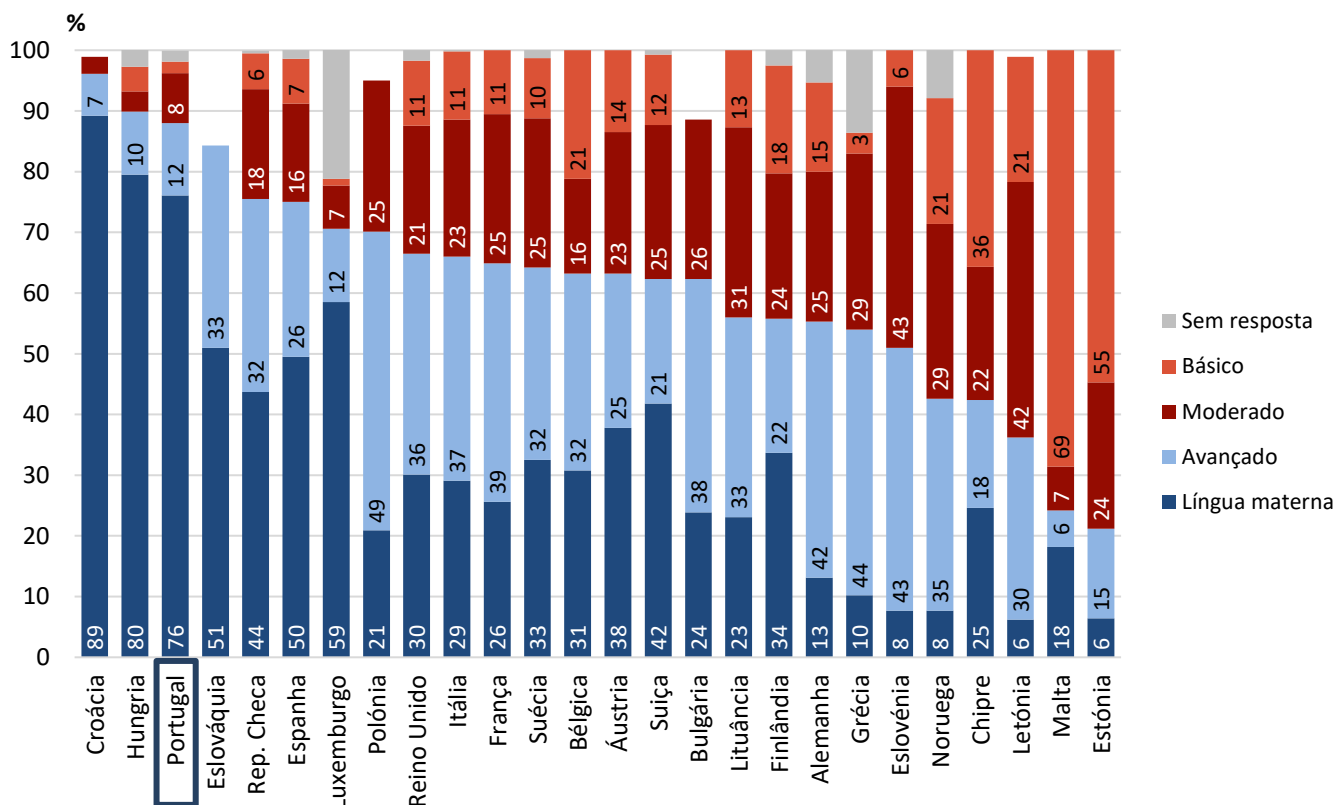
Percentagem média de imigrantes que se encontram empregados, por nível de domínio da língua de acolhimento e origem, em 17 países da União Europeia (2013)



Fonte: [Gazzola \(2017\)](#), a partir do *Adult Education Survey* (2013) (tratamento gráfico da autora).

Os resultados do módulo especial do Inquérito ao Emprego da UE (*Labour Force Survey*, módulo *ad hoc* 2014) permitem também constatar que **Portugal se inclui num grupo de países em que grande parte da população imigrante reporta que a língua de acolhimento é a sua língua materna**. Neste inquérito, 76,1% dos imigrantes de 1.ª geração em Portugal reportaram ter o português como língua materna, o que reflete a sobre representação na imigração portuguesa de pessoas oriundas dos países de língua oficial portuguesa. Este valor só é ultrapassado na Hungria (79,5%) e na Croácia (89,2%), países cuja população imigrante é dominada por minorias nacionais (OCDE, 2018). Em contraste, na Eslovénia, Noruega, Estónia e Letónia, menos de 10% dos imigrantes tiveram as línguas de acolhimento como línguas maternas. Se considerarmos este grupo de imigrantes conjuntamente com os que reportam um nível avançado de conhecimento em língua de acolhimento, constata-se que em 21 dos 26 países com dados disponíveis mais de 50% dos imigrantes de 1.ª geração são proficientes na língua de acolhimento, sendo este valor superior a 60% em 16 países e a 70% em 8 países. Malta e a Estónia destacam-se como os países com menos imigrantes proficientes nas suas línguas oficiais, com respetivamente 68,6 e 54,7% dos imigrantes a reportarem apenas um conhecimento básico da língua.

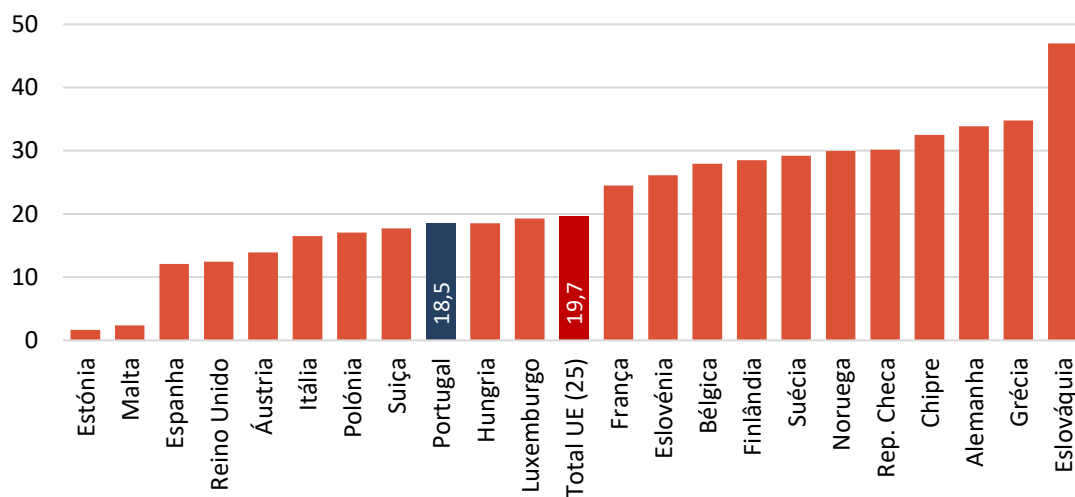
Nível de domínio da língua de acolhimento dos imigrantes nascidos no estrangeiro e com idades entre os 15 e os 64 anos, em 2014 (25 países da UE e Suíça)



Fonte: EUROSTAT, a partir do *Labour Force Survey* – módulo *ad hoc* 2014 (tratamento gráfico da autora).

Ainda com base nos dados recolhidos no âmbito do módulo especial do Inquérito ao Emprego da UE (módulo *ad hoc* 2014), a [OCDE \(2018\)](#) analisa o **efeito do tempo de residência no país de acolhimento no domínio da sua língua pelos imigrantes**, encontrando, em todos os países, uma maior percentagem de imigrantes com um nível avançado de domínio da língua de acolhimento entre aqueles instalados no país de acolhimento há mais de 10 anos, do que entre os imigrantes recém-chegados: enquanto cerca de 60% dos migrantes instalados reportaram um nível avançado de proficiência na língua de acolhimento, nos imigrantes recém-chegados esta percentagem era inferior em 20 pontos percentuais. Em Portugal, a diferença entre os dois grupos de imigrantes foi de 18,5 pontos percentuais, sendo ligeiramente inferior à diferença média na UE. A Eslováquia surge como o país em que os imigrantes instalados mais se diferenciam dos recém-chegados em termos do nível de domínio da língua (47 pontos percentuais de diferença), seguida da Grécia (35 p.p.) e da Alemanha (34 p.p.).

Diferença na Percentagem de imigrantes com um nível avançado na língua de acolhimento entre os imigrantes instalados e entre os imigrantes recém-chegados, em 2014 (21 países da UE e Suíça)

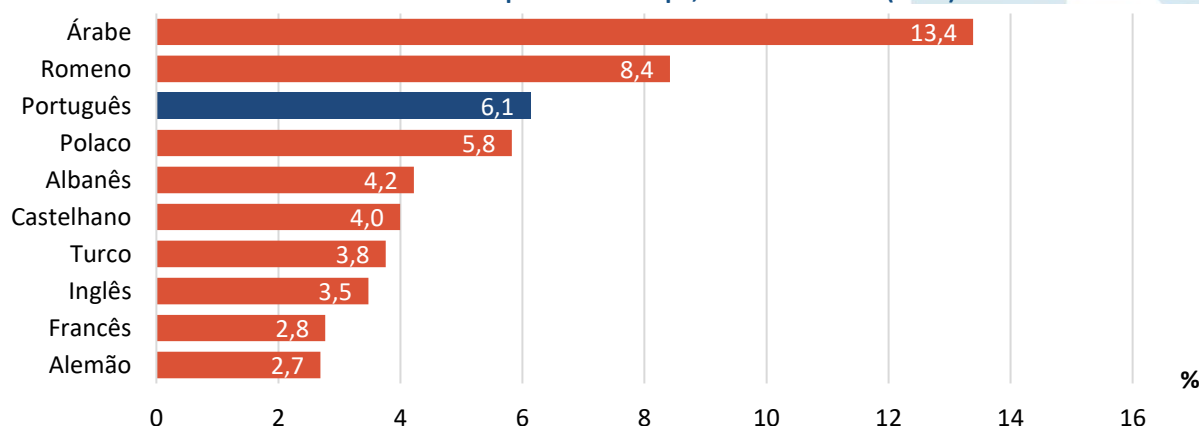


Fonte: [OCDE \(2018: 69\)](#), a partir do *Labour Force Survey* – módulo *ad hoc* 2014. // Notas: Dados referentes a imigrantes nascidos no estrangeiro que não são falantes nativos da língua de acolhimento, com idades entre os 15 e os 64 anos. Consideraram-se como imigrantes instalados os que viviam no país de acolhimento há pelo menos 10 anos.

Se, por um lado, o domínio da língua tem um papel fundamental na integração dos imigrantes, por outro lado também é relevante notar o papel da imigração na promoção da **diversidade linguística dos países**. Dados analisados pela [OCDE \(2018: 68\)](#) mostram que os imigrantes utilizam um maior número de línguas que as populações nativas. Nos países da UE, 4 em cada 5 imigrantes nascidos no estrangeiro conhecem pelo menos uma língua para além da sua língua materna, por comparação com menos de dois terços dos nativos. Pelo menos 1 em cada 6 imigrantes de origem estrangeira conhecem mais de duas línguas, por comparação com apenas 1 em cada 12 pessoas nativas. E, enquanto 76% dos imigrantes na UE falam fluentemente pelo menos uma língua estrangeira, na população nativa esse valor é de apenas 52%.

A diversidade linguística trazida pelos imigrantes contribui também para o **reforço da importância de algumas línguas para além do contexto territorial em que são habitualmente utilizadas**. Com base em dados do *Survey of Adult Skills* (PIACC, 2012), a [OCDE \(2015\)](#) analisa as línguas materna dos imigrantes em 18 países da Europa (Portugal não foi incluído nesta inquirição). Neste grupo de países, constata-se que, entre os imigrantes de língua estrangeira, o árabe foi a principal língua aprendida na infância por 13,4% dos imigrantes, seguindo-se o romeno (8,4%), o português (6,1%) e o polaco (5,8%). O português surge assim na terceira posição das línguas mais faladas pelos imigrantes no conjunto de 18 países europeus, correspondendo a mais de 880 mil falantes nativos de português nestes países. Para este valor será relevante não apenas a imigração a partir de Portugal, como também a partir do Brasil e dos PALOP ([Oliveira, 2020](#)). Estes dados evidenciam também o papel das migrações intracomunitárias na disseminação territorial de algumas línguas, como o romeno e o polaco.

Principal língua aprendida na infância pelos imigrantes de língua estrangeira residentes em 18 países da Europa, com 16-64 anos (2012)



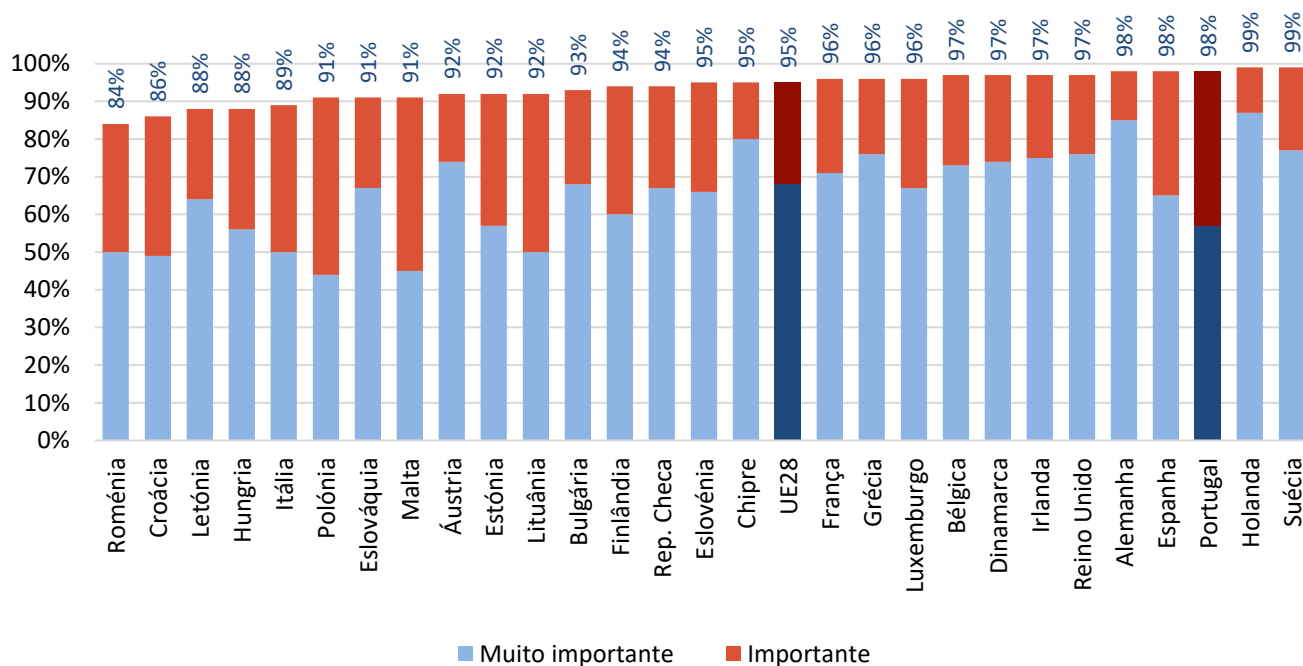
Fonte: [OCDE \(2015: 63\)](#), com base em dados do *Survey of Adult Skills* (PIAAC), 2012, cit. in [Oliveira e Gomes \(2017: 108-109\)](#) (tratamento gráfico da autora). // Nota: Dados referentes a imigrantes na Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Reino Unido, República Checa, Rússia e Suécia.

Boletim Estatístico OM

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

A importância de que o domínio da língua se reveste no processo de integração dos imigrantes encontra-se também patente na **opinião pública** ao nível da União Europeia. No Eurobarómetro Especial 469, a Comissão Europeia procurou recolher informação sobre as atitudes dos europeus relativamente à imigração e à integração de imigrantes de países terceiros (aprofundado em [Oliveira, 2020: 138-140](#)). Quando questionados sobre quão importante é para o processo de integração dos imigrantes saber falar a língua do país de acolhimento, 95% do total de inquiridos na UE consideraram este aspeto como “importante” ou “muito importante”. Entre os inquiridos em Portugal, esta percentagem foi ainda superior (98%), surgindo Portugal entre os 5 países com um nível mais elevado de concordância com a importância do domínio da língua de acolhimento pelos imigrantes para o bom sucesso da sua integração, conjuntamente com a Suécia, Holanda, Espanha e Alemanha. A Roménia e a Croácia foram os países em que se verificou uma menor valorização da importância deste fator.

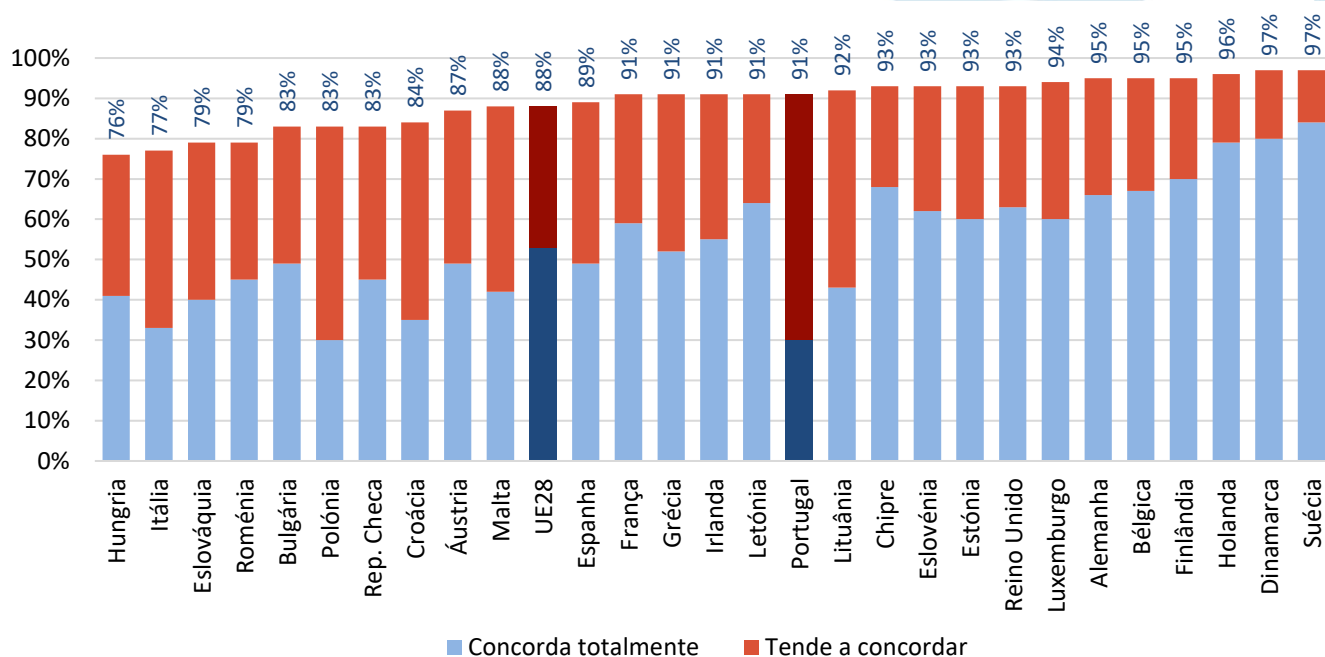
Percentagem de cidadãos que consideram que falar a língua do país de acolhimento é importante ou muito importante para o sucesso da integração dos imigrantes, nos países da União Europeia (2017)



Fonte: [Eurobarómetro Especial 469](#) (tratamento gráfico da autora).

Os resultados do Eurobarómetro Especial 469 permitem ainda perceber que, no geral, a **opinião pública na União Europeia vê a oferta de cursos de aprendizagem da língua de acolhimento para imigrantes como importante para o seu processo de integração**: 88% dos inquiridos na UE concordam que a oferta (ou a melhoria da oferta) destes cursos após a chegada dos imigrantes apoiaria a sua integração, sendo que 53% concordavam totalmente com esta afirmação e 35% tendiam a concordar. Em Portugal, é ainda mais elevada a percentagem total de pessoas que concordam com a importância destes cursos (91%), sendo que 30% dos inquiridos concorda totalmente e 61% tendem a concordar. Os níveis de concordância situam-se, em todos os países, acima dos 75%, ficando abaixo do 80% apenas em 4 países: Hungria (76%), Itália (77%), Eslováquia (79%) e Roménia (79%).

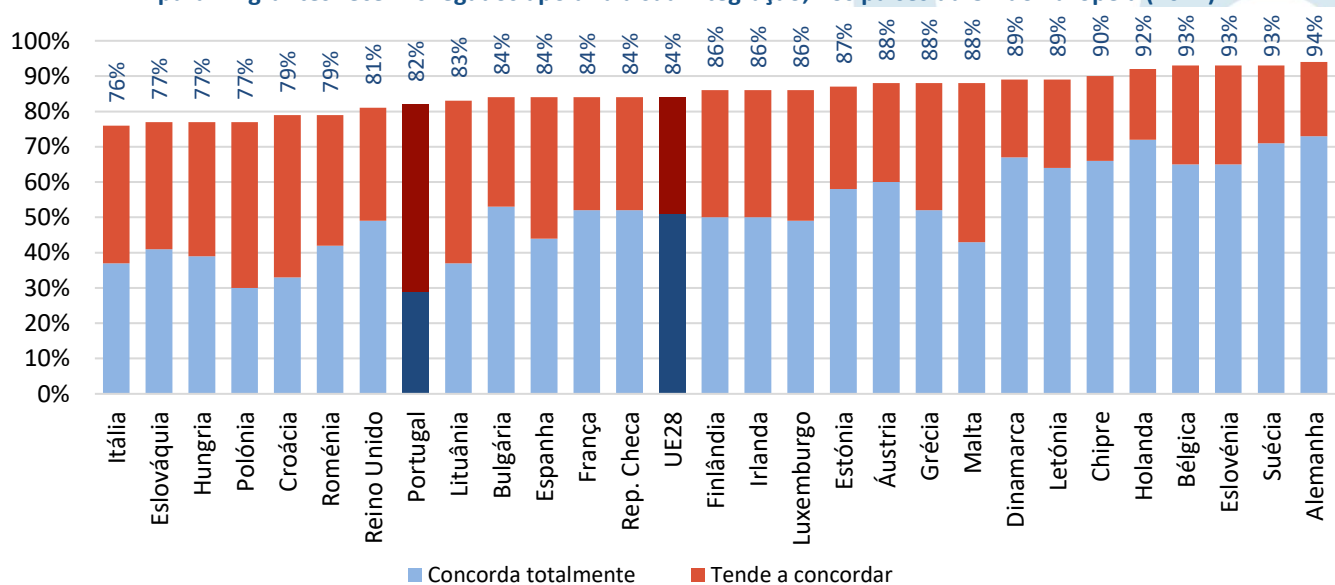
Percentagem de cidadãos que consideram que concordam que oferecer (ou melhorar a oferta de) cursos de línguas para imigrantes apoiaria a sua integração, nos países da União Europeia (2017)



Fonte: [Eurobarómetro Especial 469](#) (tratamento gráfico da autora).

Para além da disponibilização de cursos de aprendizagem da língua de acolhimento aos imigrantes, **uma outra questão a considerar na definição de políticas de integração será o carácter obrigatório ou voluntário destes cursos**. Quando questionados sobre o grau em que concordavam que o processo de integração dos imigrantes seria beneficiado se os programas de integração e os cursos de línguas se tornassem obrigatórios à chegada, 84% dos inquiridos na UE concordaram totalmente (51%) ou tenderam a concordar (33%), o que parece indicar algum apoio da opinião pública à obrigatoriedade destes cursos (aqui avaliados conjuntamente com os programas de integração). Em Portugal, o nível de concordância com esta questão ficou aquém da média da União Europeia: 82% dos inquiridos expressaram concordância, com apenas 29% a concordar totalmente (o valor mais baixo no conjunto dos 28 países) e 53% a tenderem a concordar. Este menor nível de concordância está em linha com o carácter voluntário que os programas de aprendizagem do português têm no país (conforme aprofundado em [Oliveira e Gomes, 2017: 111-119](#)). A Alemanha (94%), a Bélgica (93%), a Eslovénia (93%), e a Suécia (93%) são os países em que mais pessoas concordam com a utilidade da obrigatoriedade dos programas de integração e dos cursos de línguas, surgindo no extremo oposto a Itália (76%), Eslováquia (77%), Hungria (77%) e Polónia (77%).

Percentagem de cidadãos que consideram que tornar obrigatórios os programas de integração e os cursos de línguas para imigrantes recém-chegados apoiaria a sua integração, nos países da União Europeia (2017)

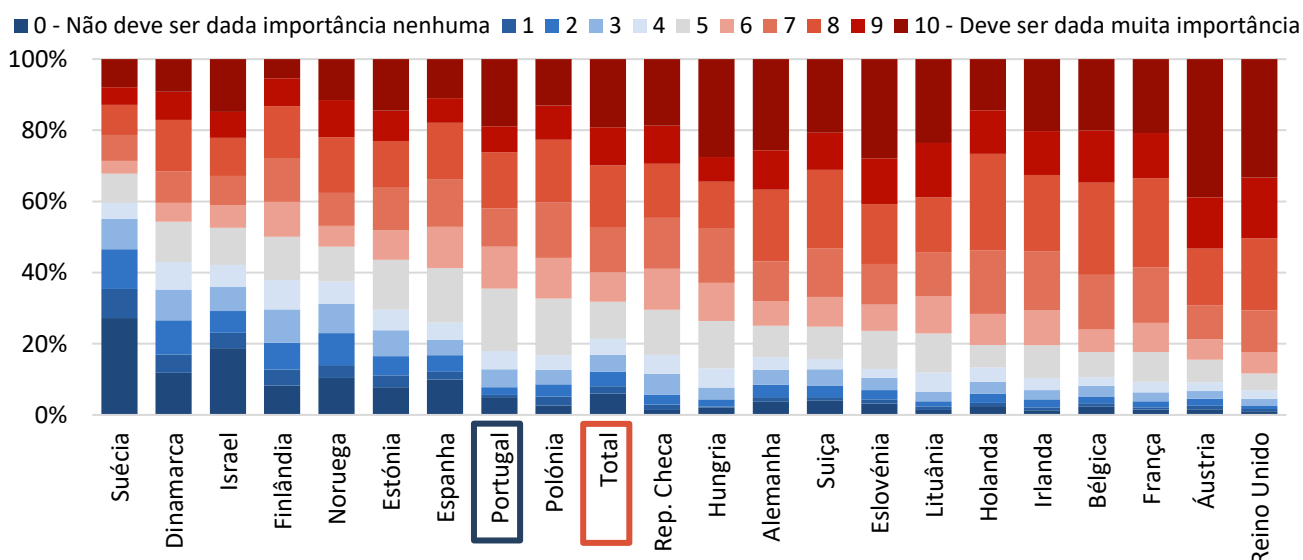


Fonte: [Eurobarómetro Especial 469](#) (tratamento gráfico da autora).

Na opinião pública ao nível da União Europeia parece assim haver um relativo consenso sobre a importância de disponibilizar aos imigrantes oportunidades de aprendizagem da língua de acolhimento, inclusivamente com carácter obrigatório, dada a importância do domínio da língua no processo de integração. Numa outra perspetiva, **o nível de conhecimento dos imigrantes da língua do país de destino tem também vindo a ser equacionado e, no caso de alguns países, integrado nas políticas migratórias enquanto fator de seleção dos imigrantes que devem ou não ter acesso à entrada e/ou permanência no país.**

No âmbito do Inquérito Social Europeu (2014), cidadãos de 20 países da Europa (bem como de Israel) foram questionados sobre qual o nível de importância que se deveria dar a diversos fatores para decidir se alguém que nasceu e reside no estrangeiro poderia vir morar para o seu país. Numa escala de 0 a 10, 68,2% dos inquiridos atribuíram um nível de importância igual ou superior a 6 ao fator “Saber falar a língua do país”. Dos fatores apresentados, este foi o segundo a que foi atribuída uma maior importância, depois de “Querer adaptar-se ao mesmo modo de vida do país” (considerado importante por 78,2% dos inquiridos). Estes resultados sugerem assim alguma concordância da opinião pública europeia com a consideração do domínio da língua enquanto fator de seleção dos imigrantes. Consta-se, no entanto, que os níveis de concordância variam significativamente entre os países: enquanto no Reino Unido, Áustria, França, Bélgica, Irlanda e Holanda mais de 80% dos inquiridos manifestaram concordância com esta opção, na Suécia, Dinamarca, Israel e Finlândia os níveis de concordância foram inferiores a 50%. Em Portugal, 64,6% dos inquiridos atribuíram um nível de importância igual ou superior a 6 ao conhecimento da língua pelos imigrantes na decisão sobre a sua entrada no país, valor que fica abaixo da média dos 21 países abrangidos. É relevante notar que uma parte significativa dos inquiridos (17,5%) manifestou uma opinião neutra em relação a esta questão, assinalando o valor 5 na escala de 0 a 10 – este foi o valor da escala em que se observou uma maior percentagem de respostas nos inquiridos no país, sendo também Portugal o país com maior percentagem de respostas “neutras”.

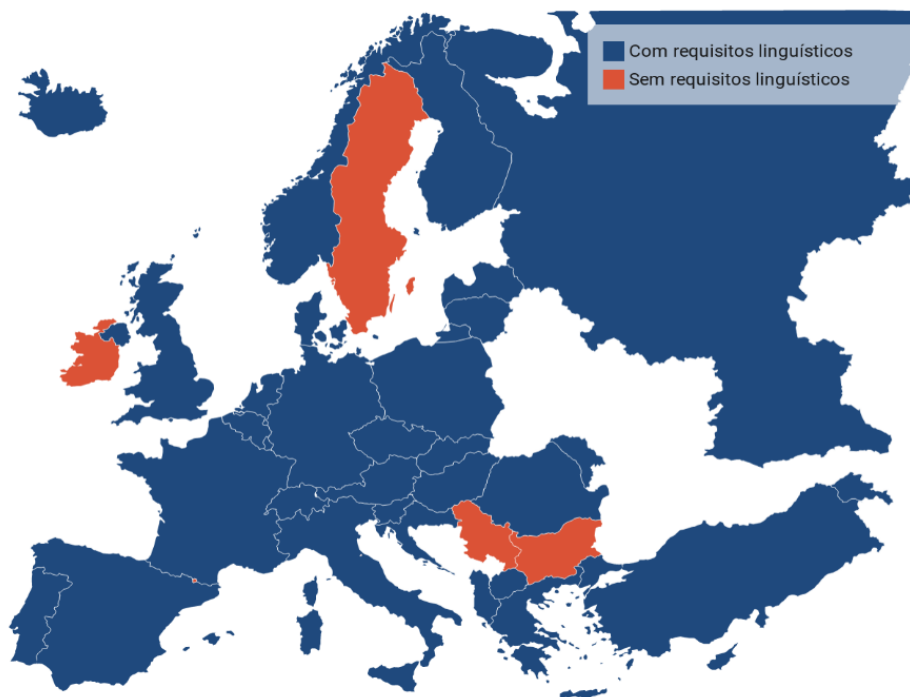
Opinião sobre o nível de importância do conhecimento da língua do país enquanto fator de aceitação da entrada dos imigrantes, em 20 países da Europa e em Israel (2014)



Fonte: [Inquérito Social Europeu \(2014\)](#) (tratamento gráfico da autora).

Num levantamento conduzido em 2018 pelo Conselho da Europa em parceria com a ALTE (*Association of Language Testers in Europe*), foram analisados os **requisitos linguísticos à imigração** implementados nas políticas migratórias de 41 países/regiões. No relatório com os resultados deste estudo ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020](#)), os autores identificam, no conjunto dos países abrangidos, a existência de requisitos linguísticos em 4 fases: previamente à entrada dos imigrantes, na autorização de residência temporária, na autorização de residência permanente e/ou na obtenção da cidadania. No conjunto de países analisados, apenas em 7 se verificou não serem colocados nenhuns requisitos de conhecimento linguístico aos imigrantes, em nenhuma fase da sua integração no país: Andorra, Bulgária, Irlanda, Mónaco, São Marino, Sérvia e Suécia.

Países do Conselho da Europa com requisitos linguísticos para residência ou cidadania (2018)

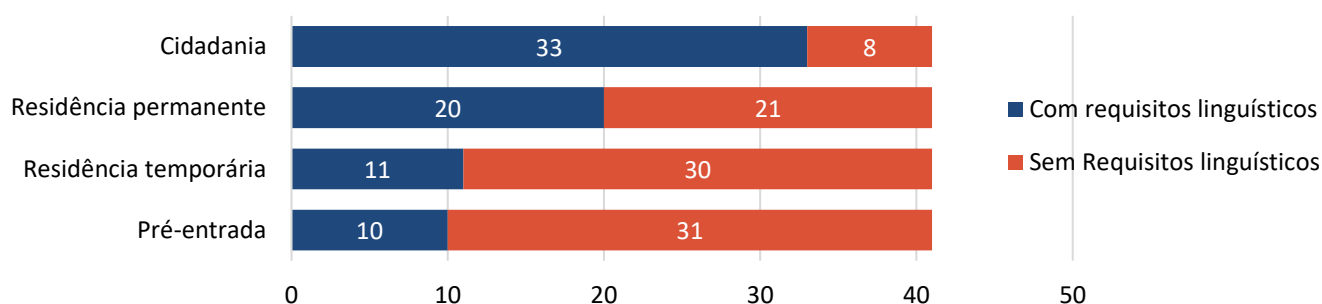


Fonte: [Rocca, Carlsen e Deygers \(2020\)](#) (Sistematização e projeção em mapa da autora).

Os restantes 34 países/regiões incluídos neste levantamento tinham implementadas exigências em termos de conhecimentos linguísticos para o acesso a uma ou várias fases do processo de imigração e integração. Verifica-se que o número de países/regiões com requisitos vai aumentando nas fases mais avançadas do processo: enquanto os requisitos prévios à entrada no país e para o acesso à residência temporária se encontram em prática apenas em 10 e 11 países/regiões, respetivamente, na fase de autorização de residência permanente este número aumenta para 20, sendo ainda mais elevado no acesso à cidadania, que em 33 países está dependente dos conhecimentos linguísticos. **Portugal inclui-se no grupo de países onde são aplicados requisitos linguísticos no acesso à residência permanente e à cidadania.**

Comparando estas tendências com os resultados de inquéritos anteriores (conduzidos pelo Conselho da Europa em 2007, 2009 e 2013), verifica-se em 2018 um aumento do número de países que aplicam requisitos linguísticos nas fases de pré-entrada, residência permanente e cidadania ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 49-59](#)).

N.º de países do Conselho da Europa com requisitos linguísticos para residência ou cidadania, por fase do processo (2018)



Fonte: [Rocca, Carlsen e Deygers \(2020\)](#) (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Nota: Inquiridos 41 países/regiões.

Ao longo das várias fases do processo de integração, observa-se ainda um **aumento do nível de exigência dos requisitos linguísticos à imigração**, nos termos do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Se entre os países com requisitos pré-entrada o nível linguístico mais exigente requerido é o A1, o nível máximo de exigência aumenta para o A2 entre os países com requisitos para residência temporária, para o B1 no caso dos países com requisitos para residência permanente, e para o B2, em 4 países, na fase de acesso à cidadania. Nesta última fase verifica-se, face a inquéritos anteriores, uma subida do nível de exigência dos requisitos em prática, já que em 2007 apenas um país tinha implementado um requisito linguístico de nível B2 ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 13](#)).

O Conselho da Europa tem expressado a sua preocupação com o alargamento e aumento da exigência dos requisitos linguísticos à imigração, defendendo que, **embora as competências linguísticas sejam essenciais no processo de integração, não devem ser utilizadas como pré-condição à integração**, tendo em conta que a aprendizagem da língua é um processo que decorre potencialmente ao longo de toda a vida ([Thalgott, 2017](#)). A implementação de requisitos pré-entrada coloca numa situação de desvantagem quem não tem acesso a oportunidades de aprendizagem da língua no país de origem, criando obstáculos acrescidos para refugiados, mulheres, ou migrantes oriundos de países com sistemas educativos pobres. Por outro lado, os níveis linguísticos mais exigentes, particularmente nas competências de leitura e escrita, podem também revelar-se inacessíveis para quem tem baixos níveis de escolaridade e literacia, colocando em desvantagem grupos mais vulneráveis de imigrantes. A adoção por alguns países de um nível mínimo B2 para o acesso à cidadania é identificada como particularmente difícil de justificar, na medida em que as competências exigidas neste nível são complexas e têm um carácter académico, tratando-se de um nível que não é sequer atingido por muitos dos falantes nativos ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 61-63](#)).

Boletim Estatístico OM

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

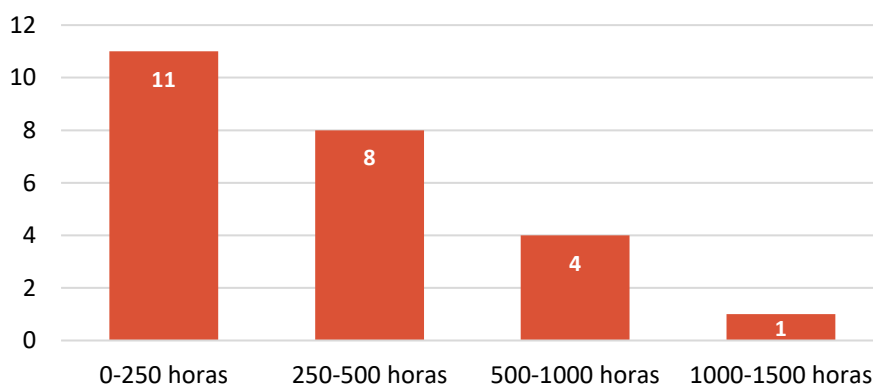
Países do Conselho da Europa com requisitos linguísticos para residência ou cidadania, por fase do processo e nível linguístico requerido (2018)

Fase	Requisito	Países/Regiões	N.º Países/Regiões
Pré-entrada	Sem especificação de nível	Hungria, Lituânia, Macedónia do Norte	3
	A1 (4 competências)	Alemanha, Áustria, França, Roménia, Turquia	5
	A1 (2 competências)	Holanda, Reino Unido	2
Residência temporária	Sem especificação de nível	Hungria, Malta	2
	< A1 (4 competências)	Turquia	1
	A1 (4 competências)	França, Roménia	2
	A2 (Interação Oral)	Itália	1
	A1/A2 (Interação Oral)	Alemanha	1
	A1 (Compreensão Oral, Leitura, Escrita)		
	A2 (4 competências)	Áustria, Grécia, Holanda	3
	A2/B1 (Compreensão + Interação Oral)	Reino Unido	1
Residência permanente	Sem especificação de nível	Holanda, Islândia, Lituânia, Malta	4
	A1 (Interação Oral)	Noruega	1
	A1 (4 competências)	República Checa	1
	A1 (Leitura + Escrita)	Suíça	1
	A2 (Compreensão + Interação Oral)		
	A2 (4 competências)	Áustria, Bélgica (Flandres), França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal , Rússia, Suíça	10
	B1 (2 competências)	Alemanha	1
	B1 (4 competências)	Dinamarca, Reino Unido	2
Cidadania	Sem especificação de nível	Albânia, Arménia, Croácia, Eslováquia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Macedónia do Norte, Turquia	10
	A1 (4 competências)	Roménia	1
	A2 (Interação Oral)	Noruega	1
	A2 (4 competências)	Bélgica (Flandres + Valónia), Eslovénia, Espanha, Holanda, Portugal , Rússia	7
	A2 (Interação Oral)	Luxemburgo	1
	B1 (Compreensão Oral)		
	A2 (Leitura + Escrita)	Suíça	1
	B1 (Compreensão + Interação Oral)		
B1 (4 competências)	Alemanha, República Checa, Finlândia, França, Islândia, Itália, Polónia, Reino Unido	8	
B2 (4 competências)	Áustria, Dinamarca, Grécia, Moldávia	4	

Fonte: [Rocca, Carlsen e Deygers \(2020\)](#) (sistematização da autora). // Notas: Inquiridos 41 países/regiões. Níveis e competências linguísticas do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*.

É assim recomendado que, nas políticas migratórias relacionadas com o conhecimento linguístico, a ênfase seja colocada na **disponibilização aos imigrantes de oportunidades acessíveis e adequadas para a aprendizagem da língua**. No âmbito do inquérito de 2018 do Conselho da Europa/ALTE, foram recolhidos dados sobre a disponibilização de oportunidades de aprendizagem da língua de acolhimento em 36 países. Destes, apenas dois (Hungria e Polónia) não referiram a existência de cursos de línguas. Noutros dois países (Albânia e Eslováquia), os cursos existentes não são fornecidos nem financiados pelo estado. Nos restantes 32 países/regiões, o estado disponibiliza ou financia cursos de línguas para imigrantes, sendo variáveis os requisitos de qualidade aplicáveis a estes cursos. Em 30 países/regiões estão implementados mecanismos de controlo da qualidade dos cursos de línguas, em 23 países é requerido que os professores destes cursos recebam formação específica e em 21 países/regiões os professores são examinados ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 40](#)).

Número de horas de formação linguística disponibilizadas gratuitamente aos migrantes adultos nos países do Conselho da Europa (2018)



Fonte: [Rocca, Carlsen e Deygers \(2020\)](#) (tratamento gráfico da autora).

Na maior parte dos países inquiridos, são disponibilizadas até 250 **horas de formação linguística**, sendo também comum a oferta de 250 a 500 horas de formação. Alguns países oferecem mais de 500 horas de formação, sendo rara a disponibilização de mais de 1000 horas de formação linguística.

Quando disponibilizados, existem evidências de que **os cursos linguísticos são efetivamente procurados pelos imigrantes, que os consideram como úteis no seu processo de aprendizagem da língua e de integração**. Uma parte significativa dos imigrantes inquiridos no *Immigrant Citizens Survey*, conduzido em 5 países e 13 cidades europeias ([Huddleston e Tjaden, 2012](#)), referiu ter frequentado cursos de linguísticos ou de integração, considerando os mesmos como muito positivos para o seu processo de aprendizagem da língua e integração. De acordo com dados analisados pela [OCDE \(2018: 68\)](#), na União Europeia 56% dos imigrantes recém-chegados que não eram falantes nativos da língua de acolhimento frequentaram cursos de línguas, sendo este valor superior a 60% entre os imigrantes de países terceiros. Para os imigrantes recém-chegados que não eram fluentes na língua de acolhimento, a frequência de um curso linguístico no país de acolhimento esteve associada a aumento de 8 pontos percentuais na proficiência na língua de acolhimento.

Para que os cursos sejam bem-sucedidos na promoção de conhecimentos linguísticos, a sua conceção e implementação deverá ser ajustada às características dos imigrantes, cujo processo de aprendizagem é influenciado por alguns fatores específicos que, se não forem tidos em conta, podem constituir **potenciais obstáculos a que os imigrantes consigam participar ou beneficiar dos programas de integração linguística**.

Um dos aspetos a considerar é o *nível de literacia dos imigrantes na sua própria língua materna* ([Haneman, 2018](#)): os imigrantes com baixos níveis de literacia que, em paralelo com a aprendizagem de uma nova língua, precisem ainda de adquirir ou desenvolver competências básicas de leitura e escrita, irão precisar de mais horas de formação, a um ritmo mais lento e adaptado, que os imigrantes mais escolarizados ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 67](#)).

Também *uma maior distância entre a língua nativa e de acolhimento, a utilização de diferentes alfabetos ou sistemas de escrita, uma idade mais avançada aquando da chegada ao país de acolhimento, ou um baixo contacto quotidiano com a nova língua* (por exemplo, no caso de imigrantes instalados em enclaves étnicos) tornam o processo de aprendizagem mais exigente ([Isphording, 2015](#)). Para dar a melhor resposta a esta diversidade de situações, deve-se procurar garantir a oferta de programas de aprendizagem diferenciados, ajustados às características de diferentes grupos de imigrantes ([Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 67](#)), tal como recomendado nos mais recentes documentos estratégicos europeus relativos à integração de migrantes ([Comissão Europeia, 2020](#)).

2. Os programas nacionais de ensino do português a imigrantes

Em Portugal, a primeira iniciativa de ensino do português a imigrantes adultos surgiu em 2001 no âmbito do programa **Portugal Acolhe**, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional ([Oliveira, 2020: 146](#)). Destinado a um público adulto trabalhador estrangeiro, este programa disponibilizava formação em duas áreas: “Cidadania” e “Português Básico para Estrangeiros” ([Cabete, 2010: 56-58](#)). Em 2007, dá-se a publicação do primeiro *Plano para a Integração dos Imigrantes* ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007](#)), que refere a necessidade de alargar e otimizar o âmbito do programa *Portugal Acolhe*, adaptando-o a uma maior diversidade de contextos e de promotores. Nesta sequência, e considerando as alterações entretanto introduzidas no enquadramento legal da imigração, bem como a publicação do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e a aprovação do regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, em 2008 o programa *Portugal Acolhe* foi substituído pelo **Programa Português para Todos** (regulamentado pela [Portaria n.º 1262/2009](#), com efeitos a partir de 1 de abril de 2008).

O [Programa Português para Todos](#) (PPT), gerido pelo Alto Comissariado para as Migrações enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), destina-se a estrangeiros residentes em Portugal, a quem são disponibilizados gratuitamente dois tipos de cursos de língua portuguesa: os cursos de língua portuguesa para estrangeiros com certificação de nível A2 (utilizador elementar) e B2 (utilizador independente), do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, com duração de 150 horas para cada um dos níveis; e (2) os cursos de português técnico, com uma duração de 25 horas, que se especializam em determinadas áreas de atividade profissional, com o objetivo de facilitar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Estes cursos são implementados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), nas escolas da rede pública (para participantes a partir dos 15 anos), e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), através dos centros de emprego e formação profissional (para participantes a partir dos 18 anos) ([Oliveira, 2020: 146](#)). Sendo o conhecimento suficiente da língua portuguesa um dos requisitos para a aquisição, em Portugal, de autorização de residência permanente, estatuto de residente de longa duração, ou nacionalidade portuguesa, a obtenção de uma certificação de nível A2 no âmbito dos cursos PPT constitui prova desse conhecimento, ficando os formandos certificados dispensados da realização, para estes fins, da prova de conhecimento da língua portuguesa.

Nos subsequentes planos nacionais de integração dos imigrantes ([II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013](#) e [Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020](#)), o ensino da língua manteve-se como uma das áreas de intervenção prioritárias, com a inclusão de medidas relativas à consolidação e reforço dos cursos PPT. No âmbito do [Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações](#), é novamente assumido o objetivo de incremento do ensino do português como língua não materna, sendo estabelecida, na medida 65 deste plano, a necessidade de efetuar uma revisão do PPT, “*de modo a abranger todas as necessidades de aprendizagem da língua portuguesa junto de adultos migrantes em Portugal*”. Esta medida foi concretizada através da publicação da [Portaria n.º 183/2020](#), que introduz alterações significativas no funcionamento dos cursos de ensino do português a estrangeiros, levando à revisão dos cursos PPT com os novos cursos de **Português Língua de Acolhimento** (PLA).

As alterações introduzidas através dos cursos PLA vêm dar resposta a alguns dos desafios específicos que se colocam aos imigrantes na aprendizagem da língua de acolhimento, procurando-se diversificar a oferta e ajustá-la em função das características e necessidades dos migrantes, indo assim ao encontro das recomendações da Comissão Europeia nos seus documentos estratégicos para a inclusão.

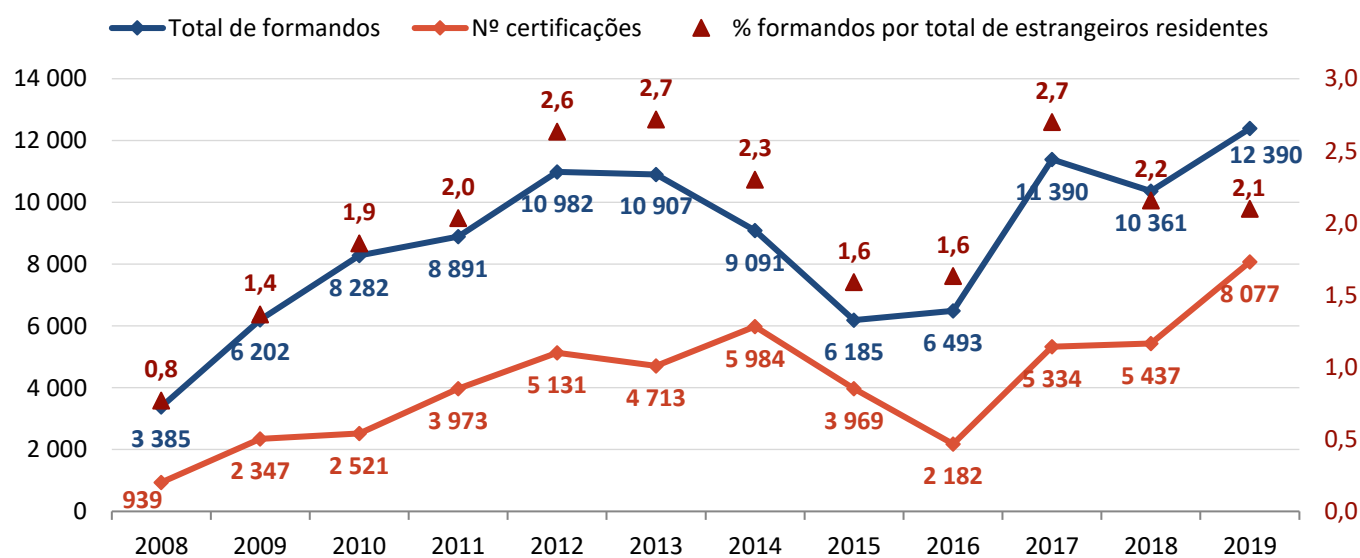
A rede de ensino é alargada, passando a incluir também os Centros Qualifica, pretendendo-se que isso venha a facilitar a articulação entre a aprendizagem da língua e o acesso a processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. É também estabelecido um processo de encaminhamento dos formandos com baixas qualificações para os Centros Qualifica, para que possam ter acesso a percursos formativos que lhes permitam o reforço de competências e qualificações, e é introduzida uma unidade de formação especificamente dirigida a quem utiliza outro sistema de escrita ou outro alfabeto que não o latino. A organização dos cursos é mais ajustada às necessidades dos formandos, introduzindo-se horários de funcionamento mais flexíveis, reduzindo-se o número mínimo de formandos necessários à constituição dos grupos de formação (passando os grupos a funcionar com 15 a 20 formandos, em vez de 26 a 30, como no PPT) e tendo-se em conta, na constituição destes grupos, o conhecimento de partida da língua portuguesa pelos formandos. Este programa passa a dirigir-se especificamente aos adultos com idade superior a 18 anos – para os menores de idade, existe no currículo escolar a disciplina *Português como Língua não Materna* (vd. [Oliveira, 2020: 142-146](#)).

Esperando-se que as alterações introduzidas possam aumentar o alcance do ensino gratuito do português a imigrantes, é relevante fazer um ponto de situação da evolução da participação nos anteriores programas, de forma a permitir a aferição futura do impacto dos novos cursos PLA. Apresenta-se assim, de seguida, um sumário das principais tendências que os dados disponíveis mostram sobre os participantes no ensino gratuito da língua portuguesa para adultos migrantes durante a última década, com o *Programa Português para Todos*, recorrendo a dados sistematizados e analisados nos Relatórios Estatísticos *Indicadores de Integração de Imigrantes* deste Observatório das Migrações (Oliveira, coord.).

2.1. Programa Português para Todos (PPT)

Iniciando-se em 2008, o PPT teve nesse ano um total de 3.385 formandos inscritos, dos quais 939 obtiveram certificação (correspondendo a uma taxa de certificação de 27,7%). Nos anos seguintes verificou-se um aumento progressivo do número de formandos e de certificações, sendo atingido um primeiro pico em 2013, ano em que estiveram inscritos neste programa 10.907 formandos e foram obtidas 4.713 certificações. A **eficácia dos cursos PPT na certificação dos seus formandos** melhorou também ao longo deste período e ainda no ano de 2014, em que 65,8% dos formandos inscritos obtiveram certificação. Entre os anos de 2013 e 2016 verificou-se uma redução do número de formandos e certificações, relacionada com a transição entre dois quadros comunitários de apoio, que levou a que em 2015 e 2016 não fossem abertas candidaturas para o financiamento destes cursos ([Oliveira, 2020: 148](#)). No ano de 2016 verificou-se também uma quebra na taxa de certificação, que nesse ano foi de 33,6%. Entre 2017 e 2019 verificou-se uma recuperação do número de formandos abrangidos e das certificações conseguidas, com valores máximos de 12.390 formandos e 8.077 certificações em 2019. Houve também uma recuperação da taxa de certificação, com 65,2% dos formandos a conseguirem certificação no ano de 2019.

N.º de Formandos e Certificações PPT, entre 2008 e 2019

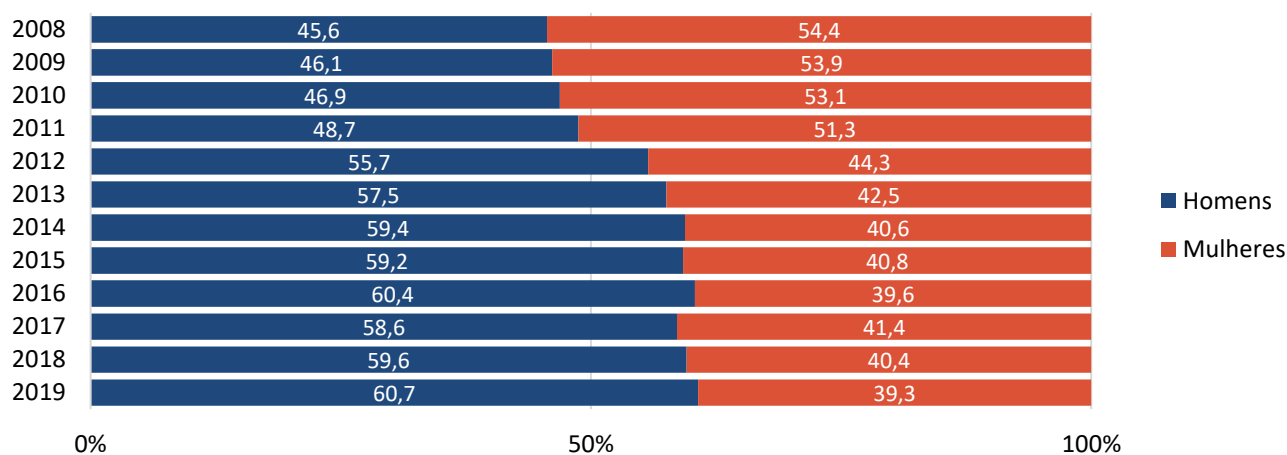


Fonte: [Oliveira, 2020: 148](#) a partir dos dados do Programa Português para Todos, ACM, I.P.

Como analisa [Oliveira \(2020: 148\)](#), constata-se ainda que as variações no número de formandos abrangidos pelo programa acompanham globalmente as variações da população estrangeira residente no país, verificando-se que desde 2011 estiveram anualmente inscritos no PPT entre 2 a 3% dos estrangeiros residentes em Portugal, com exceção dos anos de transição entre quadros comunitários de apoio (tendo sido abrangidos 1,6% dos estrangeiros residentes em 2015 e em 2016).

Analisando as características dos formandos do PPT ao longo do tempo constata-se, relativamente ao **sexo dos participantes**, uma inversão de uma tendência inicial de sobre representação do sexo feminino, observada entre os anos de 2008 e 2011, para um padrão de predomínio do sexo masculino, que se acentuou desde 2012 até 2019, ano em que 60,7% dos formandos do PPT eram homens. A maior predominância do sexo masculino entre os formandos do PPT contrasta, entre 2012 e 2018, com o padrão observado entre a população estrangeira residente em Portugal, em que existiu neste período um maior número de mulheres que de homens (Oliveira, 2020: 66-67), evidenciando-se assim uma sub-representação do sexo feminino entre os formandos do PPT. Já em 2019, e pela primeira vez desde 2011, na população estrangeira residente em Portugal a percentagem de residentes do sexo masculino (50,2%) volta a ser superior à de residentes do sexo feminino (49,8%), tal como se verifica entre os formandos do PPT. Ainda assim, verifica-se que em 2019 a presença feminina nos formandos do PPT foi inferior em -10,5 pontos percentuais à proporção de mulheres na população estrangeira residente em Portugal.

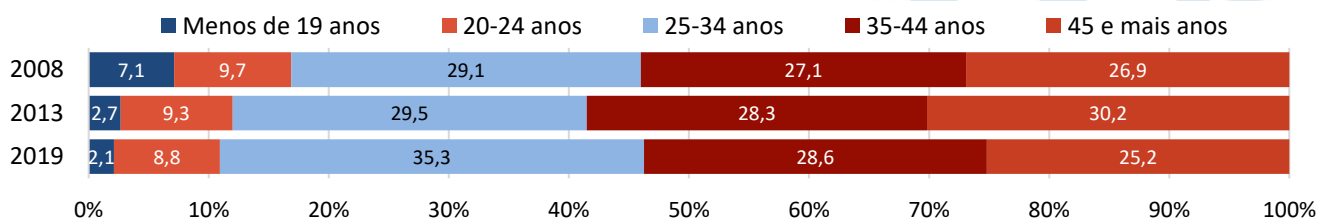
Percentagem de formandos do PPT por sexo, entre 2008 e 2019



Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Relativamente à **idade dos formandos** dos cursos PPT, ao longo do tempo a classe etária mais representada foi a dos formandos com 25 a 34 anos (35,2% dos formandos em 2019), havendo também presenças significativas dos formandos dos 35 aos 44 anos (28,6% em 2019) e com mais de 45 anos (25,2% em 2019).

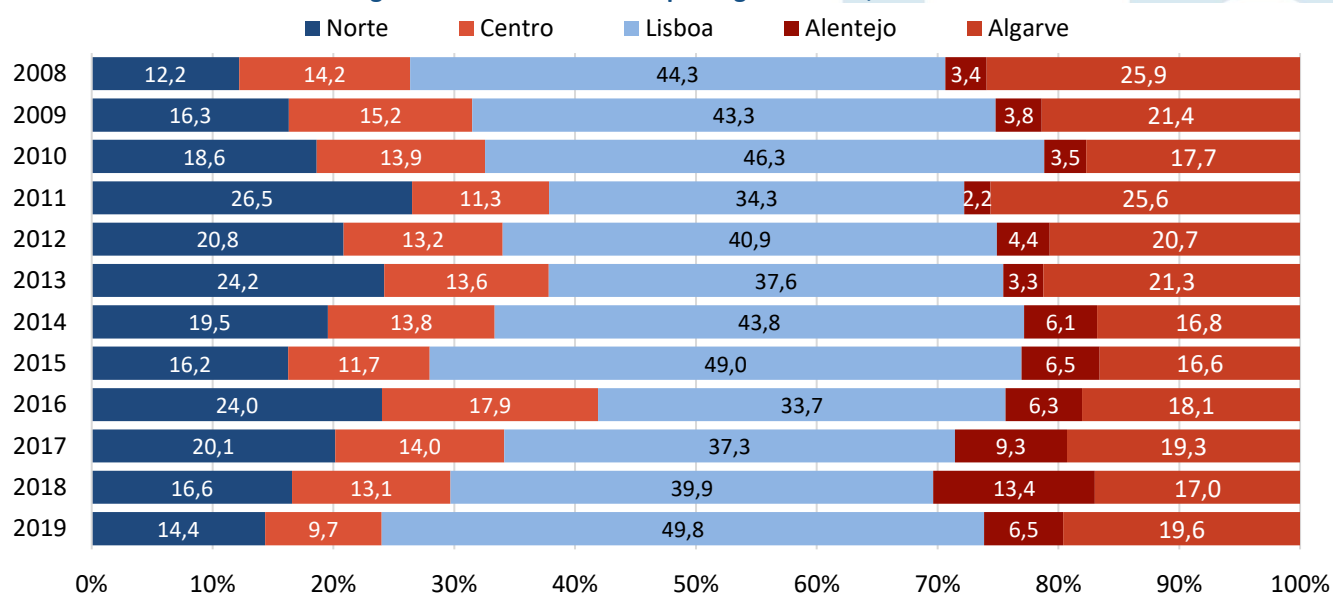
Percentagem de formandos do PPT por escalão etário, em 2008, 2013 e 2019



Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Em termos da **distribuição geográfica em Portugal continental**, na última década, nas várias edições do PPT, os formandos eram principalmente residentes da região de Lisboa – na maior parte das edições os formandos desta região representaram cerca de 40% do total de formandos, atingindo valores próximos dos 50% em 2015 e 2019. A segunda região com mais participantes foi, nos últimos dois anos, a região do Algarve (17% dos formandos em 2018 e 19,6% em 2019), à semelhança do que se tinha verificado nos dois primeiros anos de funcionamento dos cursos PPT (25,9% de participantes dessa região em 2008 e 21,4% em 2009) e também em 2015 (16,6%). Entre 2010 e 2017, contudo, e excetuando o ano de 2015, foi a região Norte que surgiu como a segunda região do continente com mais formandos, com valores próximos dos 20% dos formandos (atingindo o máximo de 26,5% em 2011). A quarta região mais representada foi a região Centro, que na generalidade das edições representou cerca de 10 a 15% dos formandos, à exceção do ano 2016, em que atingiu uma proporção mais elevada (17,9%). O Alentejo foi a região do continente com menos participantes nos cursos PPT, tendo ainda assim aumentado, ao longo do tempo, a proporção de formandos nesta região (atingindo em 2018 um máximo de 13,4% dos formandos). No geral, a distribuição dos formandos do PPT pelas regiões do país replica o observado para a população estrangeira residente em Portugal ([Oliveira, 2020: 61-66](#)).

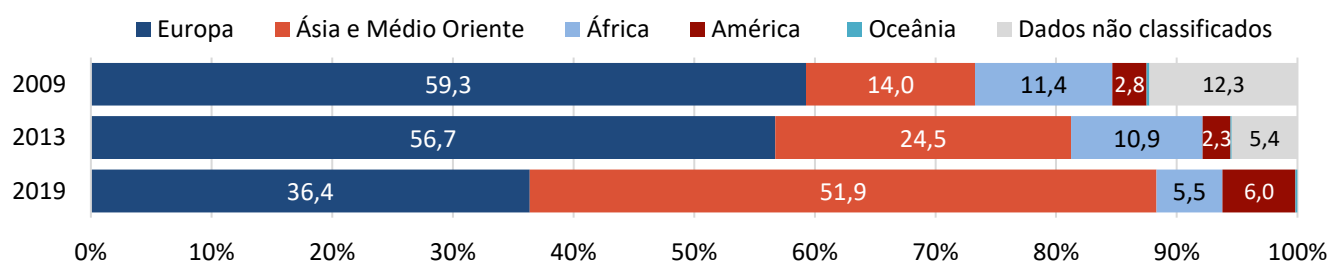
Percentagem de formandos do PPT por região NUTS II, entre 2008 e 2019



Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Os dados disponíveis relativamente à **nacionalidade** dos participantes nos cursos PPT permitem constatar alguma evolução, ao longo do tempo, das nacionalidades estrangeiras não falantes de português mais presentes no país. Assim, se em 2009 e 2013 existia uma forte representação das nacionalidades da Europa, que representavam 59,3 e 56,7% dos formandos, respetivamente, em 2019 a proporção de formandos nacionais da Europa diminuiu, passando o continente asiático a ser o mais representado, com 51,9% dos formandos. Observa-se também uma diminuição da percentagem de formandos nacionais do continente africano (de 11,4% em 2009 e 10,9% em 2013 para 5,5% em 2019) e um aumento da proporção de participantes do continente americano (de 2,8% em 2009 e 2,3% em 2013 para 6% em 2019).

Percentagem de formandos do PPT por continente de nacionalidade, em 2009, 2013 e 2019



Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Número e percentagem de formandos do PPT, por dez principais nacionalidades, em 2009, 2013 e 2019

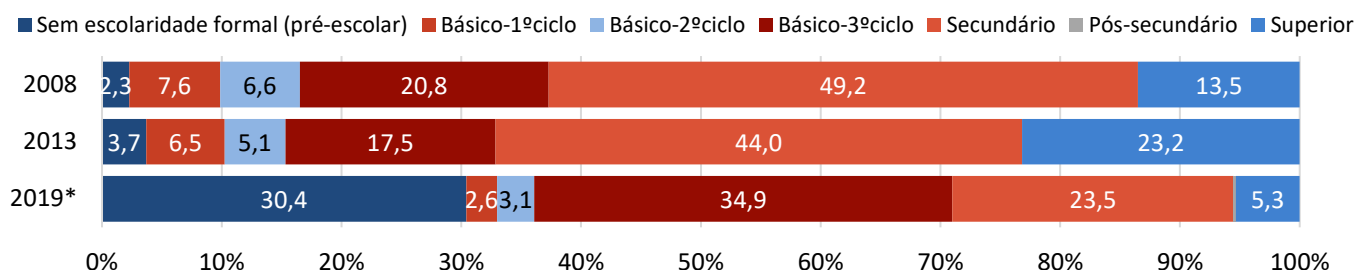
2009			2013			2019		
Nacionalidade	N	%	Nacionalidade	N	%	Nacionalidade	N	%
Ucrânia	1 457	23,5	Ucrânia	3 118	28,6	Ucrânia	1560	12,6
Rússia	413	6,7	Índia	941	8,6	Nepal	1335	10,8
Moldávia	413	6,7	Moldávia	537	4,9	Índia	989	8,0
Reino Unido	329	5,3	Roménia	496	4,5	Venezuela	527	4,3
China	264	4,3	Rússia	461	4,2	Bangladesh	466	3,8
Índia	263	4,2	China	419	3,8	Portugal	447	3,6
Roménia	214	3,5	Paquistão	369	3,4	China	428	3,5
Guiné-Bissau	194	3,1	Nepal	365	3,3	Paquistão	343	2,8
Marrocos	189	3,0	Guiné-Bissau	319	2,9	Reino Unido	326	2,6
Paquistão	176	2,8	Bangladesh	289	2,6	Itália	300	2,4
Outras	2 290	36,9	Outras	3 593	32,9	Outras	5669	45,8
Total	6 202	100	Total	10 907	100	Total	12390	100

Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização da autora).

Analisando as **dez nacionalidades mais representadas entre os formandos do PPT** em 2009, 2013 e 2019, constata-se que os ucranianos se mantiveram, ao longo do tempo, como a nacionalidade mais presente, ainda que tenham diminuído de proporção em 2019 (de 23,5%, em 2009, e 28,6%, em 2013, passaram a representar em 2019 apenas 12,6%). Já nas restantes posições, observam-se alterações significativas ao longo do tempo.

Sendo em 2009 a segunda nacionalidade mais presente (com 6,7%), a Rússia desce para o meio da tabela em 2013 (com 4,2%), deixando em 2019 de constar entre as principais dez nacionalidades dos formandos do PPT. Também a Moldávia, a Roménia e a Guiné-Bissau, que surgiam entre as dez principais nacionalidades em 2009 e 2013, deixam em 2019 de constar nesse *top*. Entre 2009 e 2013, verifica-se um aumento da importância dos formandos indianos, que são nesse ano a segunda nacionalidade mais representada (com 8,6%), descendo depois em 2019 para a terceira posição (com 8% dos formandos). Em 2013 entram também para o grupo das principais nacionalidades do PPT a nacionalidade nepalesa (com 3,3%, na 8.ª posição) e a bangladeshiana (com 2,6%, na 10.ª posição); em 2019 a nacionalidade nepalesa passa a ser a segunda mais representada (10,8% dos formandos) e a bangladeshiana a quinta (3,8%). Em 2019 surgem ainda entre as principais nacionalidades a venezuelana (na 4.ª posição, com 4,3% dos formandos), a portuguesa (na 6.ª posição, com 3,6% dos formandos), a britânica (na 9.ª posição, com 2,6% dos formandos) e a italiana (na 10.ª posição, com 2,4% dos formandos). A maior relevância destas novas nacionalidades entre os formandos do PPT reflete a composição dos fluxos migratórios mais recentes no país (Oliveira, 2020: 69-71). É também relevante notar o surgimento de um número significativo de formandos com nacionalidade portuguesa, evidenciando a existência de pessoas que, apesar de terem nacionalidade portuguesa, ainda procuram adquirir ou desenvolver conhecimentos de português.

Percentagem de formandos do PPT por nível de escolaridade, em 2008, 2013 e 2019

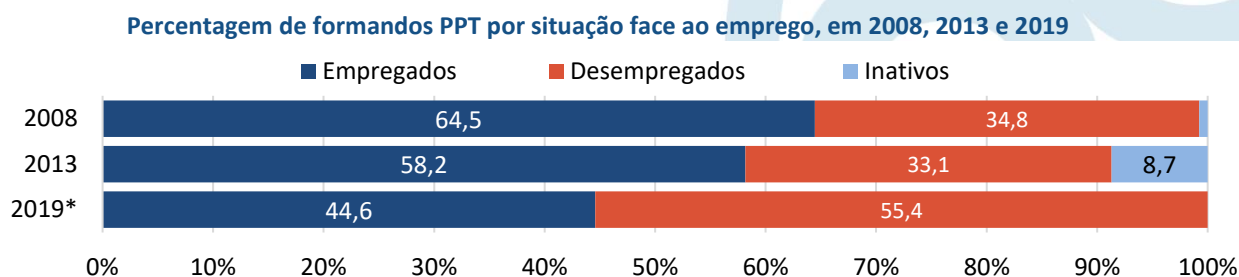


Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Nota: * 2019: Dados referentes apenas aos 5499 formandos dos cursos promovidos pelo IEFP.

A informação disponível acerca do **nível de escolaridade** dos participantes nos cursos do PPT indica que, em 2008 e 2013, o nível de escolaridade mais comum era o ensino secundário (49,2% dos formandos em 2008 e 44% em 2013), seguindo-se o 3.º ciclo do ensino básico (20,8% em 2008 e 17,5% em 2013) e o ensino superior (13,5% em 2008, aumentando para 23,2% em 2013). Ainda que com menor dimensão, existe ainda assim uma proporção significativa de participantes sem qualquer escolaridade formal ou apenas com escolaridade ao nível do 1.º ciclo (em conjunto, estas duas categorias cerca de 10% dos formandos em 2008 e 2013). Nos dados referentes a 2019, verifica-se uma diminuição geral do nível de escolaridade dos formandos: o nível de escolaridade mais frequente passa a ser o 3.º ciclo do ensino básico (34,9% dos formandos), seguindo-se depois o ensino secundário (23,5%); enquanto a proporção de formandos com o ensino superior diminui consideravelmente (5,3%), observa-se um aumento marcado no número de formandos sem escolaridade formal (30,4%).

Há que ressaltar, contudo, que em 2019 apenas foi possível apurar o nível de escolaridade dos formandos que frequentaram os cursos PPT promovidos pelo IEFP, sendo os dados relativos apenas a 5.499 formandos (44,4% dos 12.390 formandos desse ano). Assim, a diminuição do nível de escolaridade observada em 2019 pode dever-se, em parte, a uma sobre representação de formandos com escolaridade mais baixa nos cursos promovidos pelo IEFP, face aos cursos da DGEstE. Ainda assim, a existência de pelo menos 1.657 formandos não escolarizados nos cursos do PPT é relevante, considerando as dificuldades acrescidas que uma baixa escolarização coloca ao processo de aquisição de uma nova língua (Rocca, Carlsen e Deygers, 2020: 67).



Fonte: Programa Português para Todos, ACM, I.P. (sistematização e tratamento gráfico da autora).

Nota: * 2019: Dados referentes apenas aos 5499 formandos dos cursos promovidos pelo IEFP.

Analisando a **situação face ao emprego** dos formandos do PPT, observa-se que em 2008 e 2013 a maioria se encontrava empregada (64,5% e 58,2%, respetivamente), não deixando ainda assim de ser significativa a proporção de participantes desempregados ou inativos. Em 2019 só se encontram mais uma vez disponíveis os dados referentes aos cursos PPT promovidos pelo IEFP (5.499 dos 12.390 formandos desse ano), verificando-se que neste subgrupo de formandos a maior parte (55,4%) estava desempregada (sendo natural que a proporção de pessoas desempregadas possa ser maior nos cursos promovidos pelo IEFP, por comparação com os cursos da DGEstE, dada a atividade de inserção profissional do IEFP). Considerando as evidências de que o conhecimento da língua de acolhimento facilita a inserção profissional (Gazzola, 2017), é natural que as taxas de desemprego sejam maiores entre os imigrantes que ainda se encontram a adquirir conhecimentos de português – por contraste, no total da população estrangeira residente em Portugal registam-se taxas de desemprego muito inferiores (12,5% em 2019, para a população estrangeira de países extracomunitários, conforme analisado por Oliveira, 2020: 188-190).